



Cadernos de Negociação



Número 26 - Janeiro de 2020

Greves

2019: parte das paralisações no setor público e privado é motivada por *ações de desmonte do Estado*

O SAG (Sistema de Acompanhamento de Greves) do DIEESE tem registradas 1.074 greves em 2019: 48% foram organizadas por trabalhadores da esfera privada e 47%, pelo funcionalismo público.

Boa parte das greves nos serviços privados (asseio e conservação, transportes e saúde) foi realizada por trabalhadores de empresas contratadas pelos governos (empreiteiras de mão de obra, empresas de transporte e organizações sociais). Grande parcela das greves de 2019 tinha relação, direta ou indiretamente, com a gestão do Estado. Também fazem parte deste grupo as paralisações em empresas estatais (4%).

No setor de *serviços privados* (404 greves), destacam-se as mobilizações dos trabalhadores dos *transportes* (155), que envolvem principalmente os rodoviários dos coletivos urbanos; dos trabalhadores de *turismo e hospitalidade* (106), grupo do qual fazem parte principalmente garis coletores e varredores; e dos trabalhadores da *saúde* (69), com destaque para os empregados em organizações sociais.

Na indústria privada, os *metalúrgicos* cruzaram os braços 55 vezes; os trabalhadores da *construção*, 39.

Entre as paralisações do *funcionalismo público* (508 greves), destacam-se as dos servidores de *educação* (203), *saúde* (78) e *segurança pública* (46). No funcionalismo dos municípios, ocorreram 115 greves gerais (envolvendo trabalhadores de diversas pastas); no dos estados, foram 37.

Mais da metade das greves nas empresas privadas (62%) foi deflagrada contra o *atraso no pagamento* de salários (inclusive o 13º) e férias. Implantação, reajuste ou regularização dos *auxílios* (alimentação, assistência médica e transporte) é a segunda motivação, presente em quase um terço das

mobilizações (31%). Em terceiro lugar, está o *reajuste dos salários* (14%).

Por fim, no funcionalismo, 55% das greves mencionam o reajuste dos salários e dos pisos, com destaque para o *descumprimento das datas-bases e dos pisos legais* (especialmente entre professores). O cumprimento ou a ampliação dos orçamentos públicos e contra as reformas propostas pelos governos (*da previdência, das carreiras*) fazem parte dos protestos de mais de um terço (36%) das greves.

Total de greves - Brasil, 2019

Funcionalismo público 508 (47,3%)	Empresas estatais 43 (4,0%)	Esfera privada 519 (48,3%)	Esfera pública e privada 4 (0,4%) TOTAL 1.074

Por que pararam - Brasil, 2019

Funcionalismo público		
Reajuste e piso salarial	279	54,9%
Melhoria nos serviços públicos e reivindicações políticas	182	35,8%
Condições, local e ferramentas de trabalho	155	30,5%
PCS e promoções	148	29,1%
Regularização de salários, férias, 13º em atraso	123	24,2%
Contratação, efetivação de concursados	93	18,3%
Alimentação e gratificações	70	13,8%
Jornada de trabalho	52	10,2%
Esfera privada		
Regularização de salários, vale salarial, férias, 13º em atraso	323	62,2%
Alimentação, assistência médica e transporte	162	31,2%
Reajuste salarial	71	13,7%
Manutenção do nível de emprego, contra demissões	57	11,0%

Professores ganham 43% a menos que profissionais com mesma escolaridade

No 3º trimestre de 2019, a renda média dos professores com formação superior foi 43% inferior à dos demais profissionais com diploma. Enquanto esses últimos ganharam, em média, R\$ 5.137, a remuneração dos professores foi de R\$ 2.923. A diferença é maior entre os homens.

Os professores teriam que trabalhar muito mais ainda para alcançar o salário hora que os demais profissionais com diploma recebem por uma jornada de oito horas. Observando o salário médio por hora, diariamente, seriam quatro horas a mais.

Rendimento mensal médio dos profissionais de nível superior: professores recebem pouco mais da metade do rendimento dos demais profissionais.

A desvalorização dos professores torna a carreira cada vez menos atrativa para os jovens. Apenas 10% dos professores tinham até 29 anos em 2019. Entre os demais profissionais de nível superior, essa proporção era de 18%.

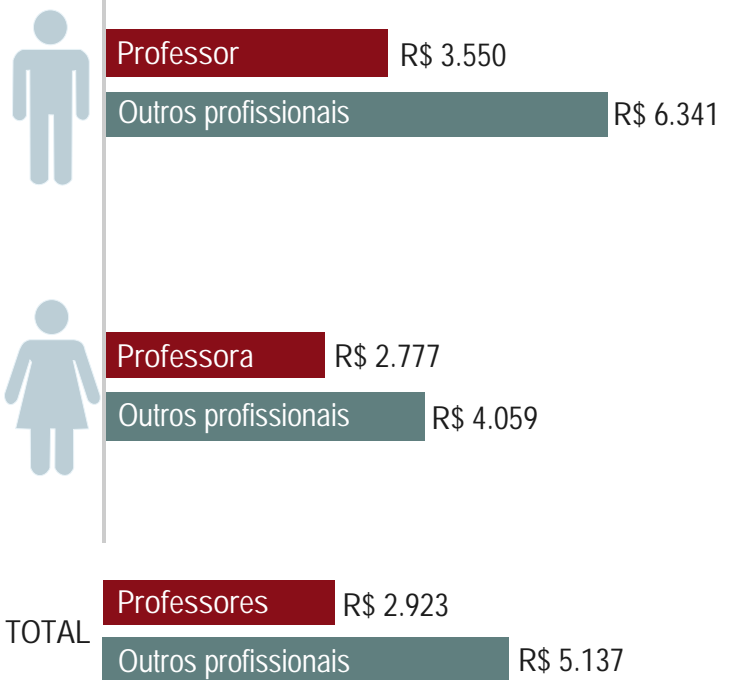
Proporção de profissionais de nível superior com até 29 anos: a carreira docente é menos atraente para os jovens. A proporção de jovens profissionais tem caído mais entre os professores.

Piso dos professores em 2020

Desde 2009, a lei estabelece que o valor do piso nacional dos professores deve ser reajustado anualmente, em janeiro. O cálculo é feito a partir da quantidade de matrículas divulgada pelo Censo Escolar da Educação Básica e de cálculos de receita do Tesouro Nacional.

Segundo estimativa, em 2020, o piso salarial da categoria será reajustado em 12,84%. Com isso, o menor salário a ser pago aos professores e professoras da educação básica, com formação de nível médio e carga horária de 40 horas semanais, deve ficar em R\$ 2.886,15. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) variou 83,18%, entre 2009 e 2020, já o reajuste real dos pisos foi de 65,84%.

Rendimento médio mensal
Brasil - 3º trimestre de 2019



Fonte: IBGE. Pnad Continua. Dados do 3º trimestre de 2019 para o Brasil
Elaboração: DIEESE

NEGOCIANDO

O DIEESE NA PALMA DA SUA MÃO

BAIXE O APLICATIVO
NEGOCIANDO
E TENHA ACESSO A DIVERSAS
INFORMAÇÕES NO SEU CELULAR

EXCLUSIVO PARA SÓCIOS



DIEESE

Mesmo com inflação baixa, apenas metade dos reajustes resultou em ganhos reais

Os resultados preliminares das negociações salariais em 2019 mostram que praticamente metade dos reajustes analisados até final de dezembro resultou em ganhos reais aos salários, segundo comparação com o INPC. Outros 26% resultaram em aumentos iguais à inflação medida pelo Índice e 24% em correções insuficientes para recompor o poder de compra dos salários. A variação real média dos reajustes, em 2019, foi de 0,2%.

As datas-base abril e maio são as que apresentaram as menores incidências de aumento real: menos de um 1/3 e menos de 1/4, respectivamente. Janeiro, fevereiro, julho, outubro e novembro tiveram melhores resultados, com destaque para as duas últimas datas-base.

Os resultados de dezembro, que ficaram entre os piores do ano, ainda são preliminares e podem ser alterados quando novas negociações da data-base forem concluídas.

Entre as categorias analisadas no ano, os destaques ficam com os trabalhadores do vestuário,

vigilantes e metalúrgicos, com reajustes acima da inflação em mais de 70% dos acordos e convenções coletivas consideradas.

















Negociações entre janeiro e dezembro de 2019 Brasil (em %)

Data-base	Acima	Igual	Abaixo	Var. real Média	Total (nº reaj.)
Janeiro	71,6	18,8	9,6	0,60	2.235
Fevereiro	70,0	13,6	16,5	0,55	686
Março	57,7	23,5	18,9	0,15	1.543
Abril	32,4	31,3	36,3	-0,14	738
Maio	23,3	35,6	41,1	-0,19	4.734
Junho	57,3	23,0	19,7	0,14	984
Julho	71,9	20,4	7,8	0,69	668
Agosto	67,6	23,0	9,4	0,50	361
Setembro	68,4	17,0	14,6	0,55	535
Outubro	86,6	11,6	1,8	0,67	395
Novembro	72,4	24,1	3,5	0,82	490
Dezembro	46,2	26,9	26,9	0,25	26
Total	49,9	26,1	24,0	0,20	13.395

Fonte: DIEESE, SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários. ME, Mediador
Elaboração: DIEESE

Como ficaram as negociações por categoria Brasil (em %) - janeiro a dezembro de 2019

Fonte: DIEESE, SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários.
ME, Mediador
Elaboração: DIEESE

ALIMENTAÇÃO		COMERCIÁRIOS		COMUNICAÇÕES		CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO	
	Acima 50,1% Igual 27,2% Abaixo 22,7%		Acima 52,9% Igual 32,4% Abaixo 14,7%		Acima 42,3% Igual 31,0% Abaixo 26,8%		Acima 46,8% Igual 29,6% Abaixo 23,5%
Variação média real	0,20%	Variação média real	0,21%	Variação média real	0,10%	Variação média real	0,17%
Total (nº reajustes)	1.199	Total (nº reajustes)	933	Total (nº reajustes)	284	Total (nº reajustes)	1.309
ENSINO PRIVADO		FRENTISTAS E COMÉRCIO GLP		METALÚRGICOS		QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	
	Acima 28,6% Igual 39,3% Abaixo 32,1%		Acima 34,4% Igual 53,1% Abaixo 12,5%		Acima 70,9% Igual 13,2% Abaixo 15,9%		Acima 45,3% Igual 31,6% Abaixo 23,0%
Variação média real	-0,12%	Variação média real	0,01%	Variação média real	0,56%	Variação média real	0,18%
Total (nº reajustes)	224	Total (nº reajustes)	160	Total (nº reajustes)	643	Total (nº reajustes)	395
RURAIS		SAÚDE PRIVADA		TÊXTEIS		TRANSPORTES	
	Acima 39,3% Igual 22,0% Abaixo 38,8%		Acima 56,5% Igual 17,6% Abaixo 25,9%		Acima 45,2% Igual 35,6% Abaixo 19,2%		Acima 35,7% Igual 34,5% Abaixo 29,8%
Variação média real	-0,01%	Variação média real	0,31%	Variação média real	0,11%	Variação média real	-0,01%
Total (nº reajustes)	578	Total (nº reajustes)	699	Total (nº reajustes)	104	Total (nº reajustes)	2.243
URBANITÁRIOS		VESTUÁRIO		VIGILANTES		TURISMO E HOSPITALIDADE	
	Acima 33,6% Igual 29,5% Abaixo 37,0%		Acima 77,7% Igual 12,4% Abaixo 10,0%		Acima 71,0% Igual 20,0% Abaixo 9,0%		Acima 68,6% Igual 9,9% Abaixo 21,5%
Variação média real	0,04%	Variação média real	0,39%	Variação média real	0,63%	Variação média real	0,46%
Total (nº reajustes)	146	Total (nº reajustes)	291	Total (nº reajustes)	145	Total (nº reajustes)	1.331

Preços

Índice do Custo de Vida na cidade de São Paulo
Dezembro de 2019 e últimos 12 meses (em %)

ICV por estrato de renda	Dezembro 2019 (%)	12 meses
Taxa geral	0,87	3,09
ICV estrato 1	1,09	3,71
ICV estrato 2	1,03	3,48
ICV estrato 3	0,73	2,76

Fonte: DIEESE. ICV - Índice do Custo de Vida

ICV - Índice Geral - Alimentação	Dez/2019	12 meses (%)
Alimentação	2,47	4,80
Alimentação fora do domicílio	0,45	3,89

Inflação de dezembro de 2019 e projeções

Índices de inflação	Mensal de dezembro de 2019	12 meses jan/2019 a dez/2019	Projeção de inflação		
			fev/2019 jan/2020	mar/2019 fev/2020	abr/2019 mar/2020
ICV geral	0,87%	3,09%	3,07%	3,09%	2,83%
INPC	1,22%	4,48%	4,53%	4,36%	3,86%
IPCA	1,15%	4,31%	4,37%	4,35%	3,89%

Fonte: DIEESE; IBGE. Obs.: Projeção da inflação (17/01) para o ICV e INPC: 0,41% em janeiro, 0,37% em fevereiro, e 0,29% em março. Para o IPCA, 0,38% em janeiro, 0,41% em fevereiro e 0,31% em março

Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA)
Dezembro de 2019

Cesta Básica Nacional de Alimentos	Dezembro de 2019	
Maior valor no mês	Rio de Janeiro	R\$ 516,91
Menor valor no mês	Aracaju	R\$ 351,97
Maior alta	Goiânia	13,64%
Menor alta	Salvador	5,58%
Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 4.342,57	
SMN em relação ao Salário Mínimo	4,35	
Salário Mínimo	R\$ 998,00	

Fonte: DIEESE

Trabalhador que ganha salário mínimo precisou, em dezembro, trabalhar em média 97 horas e 42 minutos para comprar os produtos da cesta, gastando 48,27% do salário mínimo líquido.

Entre novembro e dezembro de 2019, o custo da cesta básica aumentou em todas as cidades. O valor do quilo da carne bovina de primeira subiu em todas as capitais (exportação em alta e redução de oferta), assim como o tomate (o calor fez o fruto amadurecer mais cedo e a oferta ficou restrita em dezembro); já o feijão apresentou alta de preços em 13 cidades, principalmente devido à baixa oferta do grão carioca.

Direitos



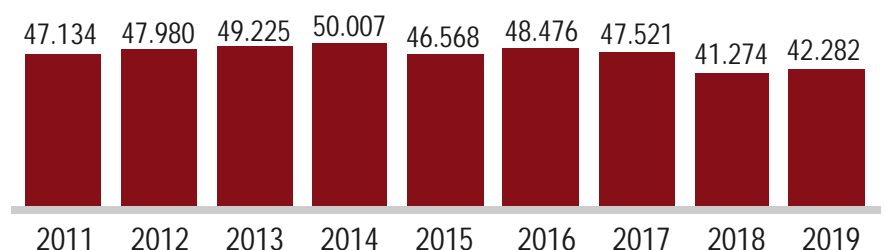
Negociações ficam mais longas e assumem caráter defensivo

Após significativa queda no número de registros de instrumentos coletivos no Mediador em 2018, o ano de 2019 apresentou ligeira recuperação no número de documentos protocolados.

A principal causa para a queda no número de registros de instrumentos coletivos no Mediador deve ser atribuída à reforma trabalhista implementada em novembro de 2017 (Lei 13.467/2017). As mudanças no direito do trabalho, nas negociações coletivas e nos instrumentos de sustentação da ação sindical - já amplamente discutidas pelo DIEESE - reduziram o poder de barganha dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que ampliaram a dos empregadores.

Nesse contexto, para muitas categorias, as negociações ficaram mais longas e assumiram caráter eminentemente defensivo, situação agravada pelo mau desempenho da economia no período. Não à toa, muitas categorias optaram por fechar instrumentos coletivos com vigência de 2 anos em 2018, a fim de tentar preservar ao máximo as garantias mínimas conquistadas ao longo do período. Nesse ano, a proporção de instrumentos coletivos com vigência bianual cresceu, principalmente entre as convenções coletivas. Entretanto, essa não deve ser a única razão para a queda no número de registros. É preciso considerar também a hipótese da extinção ou suspensão de negociações coletivas, entre outros motivos.

Instrumentos registrados no Mediador, por ano do registro, segundo tipo do Instrumento



Fonte: Ministério da Economia, Mediador
Elaboração: DIEESE
Obs.: Atualização até 31/12/2019